

MPV - 411/08

00039



## CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 07/02/08  Medida Provisória nº 411, de 28 de d  autor  Dep. Andreia Zito			lezembro de 2007
			nº do prontuário
2. D substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Art. 10	Parágrafo 2º	Inciso	Alínea
	Dep. And	autor Dep. Andreia Zito  2. Substitutiva  3. modificativa  Art. 10  Parágrafo 2º	Medida Provisória nº 411, de 28 de autor  Dep. Andreia Zito  2. □□ substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva

Inclua-se ao art. 10 o § 2º, passando-se o atual parágrafo único a § 1º, conforme se segue:

"Art. 10. ......

- § 1º Os jovens a que se referem os incisos II a V devem ser encaminhados ao Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo pelos programas e serviços especializados de assistência social do Município ou do Distrito Federal, ou pelo gestor de assistência social, quando demandado oficialmente pelo Conselho Tutelar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.
- § 2º Uma vez encaminhados ao ProJovem Adolescente Serviço Socioeducativo, os jovens a que se referem os incisos II a V, que não tenham concluído o ensino fundamental, deverão participar dos cursos a que se refere o art. 12 desta lei.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Projovem foi criado para promover a reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. A MP n.º 411, que modifica o programa, subdivide-o em quatro categorias: Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente – Serviço Voluntário. A emenda proposta tem por objetivo estabelecer um vínculo de responsabilidade do beneficiário do Projovem Adolescente com a intenção real de tal modalidade, qual seja, o aumento da escolaridade e qualificação profissional daqueles adolescentes egressos de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, egressos de medida de proteção, egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ou egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexuado FEO



MOV 411/07

Uma vez que, a própria medida provisória já prevê a possibilidade da participação no Projovem Urbano de jovens com idade mínima de 15 anos, que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, faz-se necessário estender o benefício para os jovens que não estejam mais sob privação de liberdade, mas sim na condição de egressos.

Andreia Zito
Deputada Federal

